

CLAUDIO CAVALCANTI HENRIQUES DOS SANTOS

**IMPACTO DO PROGRAMA BRASIL EMPREENDEDOR SOBRE O CRÉDITO
DISPONIBILIZADO PELA CAIXA EM SANTA CATARINA ÀS MICRO E
PEQUENAS EMPRESAS - 1998 / 2001**

Monografia apresentada ao curso de
Ciências Econômicas, do Setor de
Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Othon Juruá Rolim
de Souza Reis

**CURITIBA
2003**

Dedico este Trabalho, primeiramente ao meu Senhor todo poderoso, pois: “**Deus é o nosso refúgio e fortaleza, socorro bem presente nas tribulações**” (Salmos 3:8). Também a minha esposa e filhos, pela paciência e força que me deram durante todos os anos que passei na Universidade.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE QUADROS	xi
RESUMO	xii
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 DELIMITAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL.....	1
1.2 OBJETIVO GERAL.....	1
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	1
2 JUSTIFICATIVA	2
3 PROBLEMA	3
3.1 PROBLEMÁTICA.....	3
3.2 HIPÓTESES.....	4
4 METODOLOGIA	5
5 EMBASAMENTO TEÓRICO	6
5.1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E A UTILIZAÇÃO DA MDO.....	6
6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESPECTIVA ANÁLISE	9
6.1 HISTÓRICO.....	9
6.1.1 Micro e Pequenas Empresas em Santa Catarina.....	9
6.1.2 Programa Brasil Empreendedor.....	10
6.1.3 O Novo Estatuto da Microempresa de Pequeno Porte.....	11
6.2 NECESSIDADES DE CRÉDITO.....	13
6.3 CRÉDITO.....	15
6.3.1 Operações Realizadas pela Caixa em Santa Catarina.....	15
6.3.2 Indicadores de Recuperação de Créditos Concedidos em Santa Catarina	20
7 APOIO TÉCNICO	24
7.1 CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	24
7.2 MORTALIDADE DAS EMPRESAS.....	27
7.3 COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	30
8 CONCLUSÃO	31

BIBLIOGRAFIA	33
ANEXOS	34
ANEXO 1 - PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	34
ANEXO 2 - PESQUISA SOBRE O PORTE DAS EMPRESAS.....	36
ANEXO 3 - PESQUISA: “MOTIVO PELO QUAL RESOLVEU ABRIR OU ENTRAR PARA A EMPRESA”	37
ANEXO 4 - PESQUISA: “QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUA EMPRESA ?”	38
ANEXO 5 - PESQUISA: “COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL”	39

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO EM % POR TIPO DE EMPRESAS, CONTRIBUINTES DO ICMS EM SANTA CATARINA.....	12
GRÁFICO 2 - CONTRATOS DE CRÉDITO PARCELADO FORMALIZADOS...	16
GRÁFICO 3 - CONTRATOS EM CARTEIRA.....	19
GRÁFICO 4 - INADIMPLÊNCIA EM % - CONTRATOS.....	22

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CONTRATAÇÕES: NÚMERO DE CONTRATOS FORMALIZADOS – 1998 / 2001.....	16
QUADRO 2 - VOLUME DE RECURSOS EMPRESTADOS EM SANTA CATARINA – 1998 / 2001.....	17
QUADRO 3 - CONTRATAÇÕES: N° DE CONTRATOS EM CARTEIRA.....	18
QUADRO 4 - INADIMPLÊNCIA EM %: TOTAL DOS CONTRATOS PAGOS EM ATRASO SOBRE O TOTAL EM CARTEIRA.....	21
QUADRO 5 - CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: DISTRIBUIÇÃO NACIONAL – OUT/2000 A SET/2001.....	26

RESUMO

Este trabalho evidencia a importância do crédito disponibilizado pela Caixa Econômica Federal, às micro e pequenas empresas no Estado de Santa Catarina no período de 1998 a 2001; avaliando o comportamento e o retorno dos créditos concedidos. No desenvolvimento foram levantados alguns temas de suma importância, como: realização de treinamentos gerenciais para os micro e pequenos empresários; identificação de possíveis razões que levam ao insucesso das micro e pequenas empresas e verificação dos resultados obtidos, no Estado de Santa Catarina, após a implantação das linhas de crédito da CAIXA, referente ao Programa Brasil Empreendedor. Em suma, embasados nas teorias keynesianas, ressaltamos como as micro e pequenas empresas, com assistência e incentivo do Governo Federal, são de grande importância para o desenvolvimento econômico de qualquer região do nosso país.

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO ESPACIAL E TEMPORAL

Estudo realizado no Estado de Santa Catarina, abrangendo o período de 1998 a 2001.

1.2 OBJETIVO GERAL

Verificar na prática os resultados proporcionados pela implantação do Programa Brasil Empreendedor instituído pelo Governo Federal no final do exercício de 1999, em Santa Catarina.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Este trabalho avalia os resultados sobre o comportamento do crédito disponibilizado pela Caixa Econômica Federal às micro e pequenas empresas no Estado de Santa Catarina no período de 1998 a 2001, verificando o retorno dos créditos concedidos no período; identificando possíveis razões que levam ao insucesso das micro e pequenas empresas; levantando a realização de treinamentos destinados à capacitação gerencial para gestão das micro e pequenas empresas.

2 JUSTIFICATIVA

A importância do presente trabalho é ratificar com base em dados estatísticos, que as micro e pequenas empresas quando bem assistidas e incentivadas pelo Governo Federal - com crédito barato, condições especiais e com treinamentos visando uma melhor capacitação gerencial dos respectivos empresários – podem ser verdadeiras molas propulsoras no desenvolvimento econômico sustentável dos Estados.

3 O PROBLEMA

A falta de incentivos do Governo Federal às micro empresas, antes de ser implantado o Programa Brasil Empreendedor, levava a um índice de mortalidade muito grande destas empresas.

3.1 PROBLEMÁTICA

Muito se discute sobre os problemas financeiros enfrentados pelas micro e pequenas empresas e é comum ouvir críticas sobre as dificuldades para obtenção de crédito que atendam suas necessidades.

A inflação elevada, existente no Brasil até pouco tempo atrás, deixava as instituições financeiras em uma situação confortável para obtenção dos seus resultados através da aplicação de seus recursos na chamada “ciranda financeira”. Seu verdadeiro papel, de agente do desenvolvimento econômico através da intermediação de recursos financeiros, foi relegado ao segundo plano.

A falta de uma política econômica voltada para o fortalecimento do mercado interno resultou no agravamento da situação das micro e pequenas empresas no Brasil. A abertura do mercado brasileiro à economia internacional, sem restrições, realizada após a implantação do Plano Real aumentou a concorrência e o acirramento no mercado interno, especialmente com a entrada de produtos de origem asiática, agravando a situação das micro e pequenas empresas.

As oscilações ocorridas atualmente no mercado internacional afetam quase que instantaneamente o mercado interno, afetando diretamente as micro e pequenas empresas que possuem pouco poder de barganha e, normalmente, com uma estrutura de gestão frágil.

Os programas do Governo até 1999, a exemplo do PROGER, voltados às micro e pequenas empresas visaram quase que exclusivamente contribuir para o desenvolvimento desse segmento tão somente através da disponibilização de crédito.

3.2 HIPÓTESES

- a) Com a implantação do Programa Brasil Empreendedor, através do aumento do volume de créditos, comparados com os últimos cinco anos antes do lançamento do plano, pode ser verificado um aumento na vida das micro e pequenas empresas;
- b) Em consequência, através da melhor capacitação gerencial dos empresários, ocorre um aumento nos postos de trabalho e uma diminuição da rotatividade da mão-de-obra empregada pelas micro e pequenas empresas.

4 METODOLOGIA

Através de métodos investigativos e dedutivos, conforme dados consultados em tabelas, gráficos e quadros, oriundos de fontes discriminadas na Bibliografia, abordaremos um breve histórico do papel das micro e pequenas empresas em Santa Catarina, bem como exposição dos principais objetivos do Programa Brasil Empreendedor.

Num segundo momento, é avaliado o volume de empréstimos concedidos pela Caixa Econômica Federal destinado às micro e pequenas empresas de Santa Catarina. Para tanto serão utilizados dados disponíveis no SIAPÍ – Sistema de Aplicações onde são administrados os créditos concedidos pela Instituição. Como parâmetro utilizamos apenas as operações parceladas destinadas ao financiamento de capital de giro e de investimentos, através do PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda, codificadas como 701, 702, 703, 704, 731 e 732¹. Embora possam ter sido concedidas algumas destas operações às empresas de médio e grande porte, consideramos que todas foram concedidas às micro e pequenas empresas.

Também através do referido sistema pudemos constatar a qualidade da carteira e o retorno dos créditos concedidos.

As demais informações utilizadas no presente estudo foram obtidas através de consultas na *Internet*, principalmente nas páginas do SEBRAE, CNI – Confederação Nacional da Indústria, FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social e da Família, SINE-SC, Banco do Brasil, IBGE, Caixa Econômica Federal, Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina, dentre outros.

¹ 701 → Giro-Caixa Pessoa Jurídica: Recursos FAT;
702 → Giro-Caixa Pessoa Jurídica: Recursos PIS;
703 → Giro-Caixa Pessoa Jurídica: Outros Recursos;
704 → Giro-Caixa Pessoa Jurídica: Recursos CEF;
731 → Proger Pessoa Jurídica: Optantes do Simples;
732 → Proger Pessoa Jurídica: Não Optantes do Simples.

5 EMBASAMENTO TEÓRICO

Nosso trabalho toma como base o enfoque keynesiano, principalmente em relação à participação efetiva do Governo no desenvolvimento da Economia.

Esta participação é de suma importância, principalmente no tocante às condições sempre adversas enfrentadas pelas micro e pequenas empresas ao disputar o mercado com os grandes grupos nacionais e internacionais.

5.1 AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS UTILIZAM MAIS MÃO-DE-OBRA (TRABALHO INTENSIVO) DO QUE AS GRANDES ORGANIZAÇÕES

“Keynes percebeu em sua Teoria Geral do Emprego, Juro e Moeda, que o maior problema econômico, era o de alcançar o pleno emprego e conseqüente equilíbrio do mercado. Na sua obra, Keynes justifica que o Estado incrementando seus investimentos públicos estimula o consumo por meio de uma melhor distribuição da renda, tendo como o objetivo o pleno emprego. Para Keynes a tendência ao desemprego crônico provém da própria riqueza das grandes comunidades industriais, pois se a renda da coletividade cresce, o mesmo ocorre com a poupança, e nenhum problema ocorre enquanto os investimentos aumentarem na mesma proporção, assim a economia estará em uma situação desejável. Porém, a economia pode chegar a uma situação indesejável em que, apesar da poupança continuar aumentando, a taxa de juros resiste a cair para um patamar indispensável para estimular novos investimentos que absorvam por completo. Sendo a poupança a riqueza que não é consumida, a escassa propensão a consumir impede o crescimento do emprego e então se conclui que, o mal tem sua origem na insuficiência dos investimentos para aplicar toda a poupança, e que é necessário por parte do Estado o estímulo ao consumo, através de investimentos públicos distribuindo melhor a renda, até que o nível de demanda seja suficiente para alcançar o pleno emprego das forças produtivas”. (KEYNES, 1985, p. 101-102)

Segundo esta abordagem o incremento dos investimentos é indispensável para que o desemprego desapareça e se chegue ao estado ótimo da atividade econômica e que o governo deve estar atento à propensão marginal a consumir (por meio de impostos e taxas) e de cuidar do volume dos investimentos e a remuneração dos fatores da produção. (KEYNES, 1985, p. 112)

A base de sua doutrina é o nível de emprego e renda nacional. Estudando essas variáveis, verificou que o Estado deveria participar da atividade econômica, compensando a diminuição dos investimentos privados nos períodos de crise econômica, expandindo a renda e o emprego.

Keynes compreende como investimentos, atividades tais como: a construção de novas fábricas, casas, vias férreas e outros tipos de bens que não sejam de consumo imediato. O desemprego irá surgir, na concepção de Keynes, quando o investimento estiver em declínio. Explicar o desemprego significa apontar quais variáveis do sistema econômico que necessitam de correções ou quais necessitam sofrer intervenção social para que se alcance um alto nível de emprego. Na sua obra, Keynes justifica que o Estado incrementando seus investimentos públicos estimula o consumo por meio de uma melhor distribuição de renda, com o objetivo de alcançar o pleno emprego. Alcançando-se um alto nível de investimento e uma devida propensão a consumir, faz com que as empresas coloquem à disposição dos trabalhadores um estoque de vagas, que é incrementado pela vaga adicional de empresa já instalada ou pelo surgimento de novas empresas. (KEYNES, 1985, p. 141)

Segundo Keynes, o nível de atividade está determinado por variáveis macroeconômicas (taxa de juros, gastos públicos, propensão a consumir, etc.). Uma vez estabelecido esse nível de atividade, a quantidade de emprego necessário para obtê-la seria o subproduto natural. Aqui entra a importância das pequenas empresas. Na medida que são mais intensivas em trabalho (menos intensivas em capital) do que as grandes empresas, ou seja, requerem mais trabalho e menos

capital por unidade do produto, as oportunidades de emprego seriam maiores naquelas economias em que se privilegia o desenvolvimento de pequenas empresas. “Em termos mais técnicos: quanto maior a participação das pequenas empresas na economia, maior será a elasticidade emprego-produto, ou seja, o crescimento seria mais eqüitativo em termos de geração de empregos”. (RAMOS, 1998, p. 5-9)

6 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E RESPECTIVA ANÁLISE

6.1 HISTÓRICO

6.1.1 Micro e Pequenas Empresas em Santa Catarina

As micro e pequenas empresas contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico de Santa Catarina. Essa participação supera a média nacional e pode ser explicada, em parte, pela ocupação geográfica do território catarinense e pela diversidade de sua economia.

Em Santa Catarina, não existe a centralização da produção em apenas um ramo específico, ao contrário do que ocorre em outros Estados da federação, como exemplo a pecuária leiteira em Minas Gérias. Na região oeste destaca-se a produção de suínos, aves e agroindústrias; no sul do Estado a indústria cerâmica; no vale do Itajaí a produção de têxteis; no norte do Estado as indústrias metal mecânicas, plásticas e moveleira; no planalto serrano a pecuária e celulose e na grande Florianópolis predomina o turismo, tecnologia e prestação de serviços.

Segundo o Anexo 1, estudo elaborado pelo SEBRAE – Serviços Brasileiro de Apoio as micro e pequenas empresas, classificadas pelo IBGE em função do número de empregados, em 1998 as Micro e Pequenas Empresas catarinenses representavam 99% do total de empresas do Estado, empregavam 60% da mão de obra e eram responsáveis pelo pagamento de 36,3% dos salários. No Brasil, no mesmo ano, o total de empresas deste porte representava 98,8% do total de estabelecimentos, empregava 43,8% da mão de obra e era responsável por 17,4% da massa salarial. Quanto a receita /valor bruto da produção, as empresas enquadradas como micro e pequenas empresas somam 28,22% do total no Brasil em 1998.

Existiam naquele ano 202.587 micro e pequenas empresas no Estado dentre as 3.548.932 levantadas pelo IBGE no Brasil, ou seja,

5,70%. Enquanto a média salarial anual, neste tipo de empresa, no Brasil é de R\$ 2.925,80, em Santa Catarina essa média é de R\$ 3.925,80. Embora as atividades de prestação de serviços tenham sido ampliadas nos últimos anos, ainda predominam os estabelecimentos voltados ao comércio. No ano de 1998, em Santa Catarina, 43% das empresas atuavam no comércio, 37,7% na prestação de serviços e 19,3% na indústria.

6.1.2 Programa Brasil Empreendedor

O Programa Brasil Empreendedor foi lançado pelo Governo Federal em 05.10.1999 simultaneamente com a sanção da Lei 9.841 que estabelece o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispendo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos Art. 170 e 179 da Constituição Federal, cujo objetivo central foi facilitar o acesso ao crédito, a renegociação de dívidas fiscais e gerar cerca de 3 milhões de empregos.

O grande diferencial do conjunto de medidas ficou por conta da exigência de capacitação dos candidatos ao crédito, que devem passar por um curso sobre gerenciamento empresarial, além dos empresários receberem suporte após obtenção do empréstimo.

Esta tarefa ficou a cargo do Sebrae e dos bancos oficiais envolvidos – Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, BASA e BNDES² – que após a aprovação do plano de negócios, terão prazo de 21 dias para análise e aprovação do financiamento.

Para atingir a meta de 2,3 milhões de empresários capacitados, o Governo disponibilizaria 5 mil agentes empresariais e aplicaria R\$ 255 milhões do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

O programa ainda prevê o aumento de prazos e a redução de juros e impostos para as operações de crédito.

² BASA = Banco da Amazônia S/A

BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Além de perdoar débitos trabalhistas no valor de até R\$ 1 mil, o Programa Brasil Empreendedor libera as Micro e Pequenas Empresas não inscritas no Cadin (Cadastro de Inadimplentes da Receita Federal) da obrigatoriedade de apresentar certidões para obter empréstimos e ainda autoriza financiamento aos integrantes do Cadin com dívidas de até R\$ 5 mil. (Secretaria do Estado da Fazenda)

Em 06.10.1999 foi editada a Medida Provisória que instituiu o REFIS – Programa de Recuperação Fiscal para todas as empresas com exceção das Instituições Financeiras e Factorings e que implica no refinanciamento das dívidas registradas até 31 de agosto do mesmo ano, junto à Receita Federal e o INSS. Para as Micro e Pequenas Empresas o refinanciamento terá prestações mensais não superior a 2% do seu faturamento sendo estas corrigidas pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, ou seja não há determinação de prazo para quitação dos débitos.

Para possibilitar a regularização de dívidas com o FGTS, condição imposta a quem pretende renegociar suas dívidas pelo Refis, o Governo reduziu pela metade o valor da multa e dos juros de mora dessa obrigação. (Secretaria do Estado da Fazenda)

6.1.3 O Novo Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

A nova legislação, Lei 9.841/99, representa o Estatuto das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte. A referida Lei ampliou o limite de faturamento para enquadramento das empresas. As microempresas passam de R\$ 120 mil para R\$ 244 mil e as Empresas de Pequeno Porte de R\$ 720 mil para R\$ 1.200 mil anuais. Para fins de exportação a Lei considera pequenas empresas aquelas com ganhos anuais de US\$ 3,5 milhões.

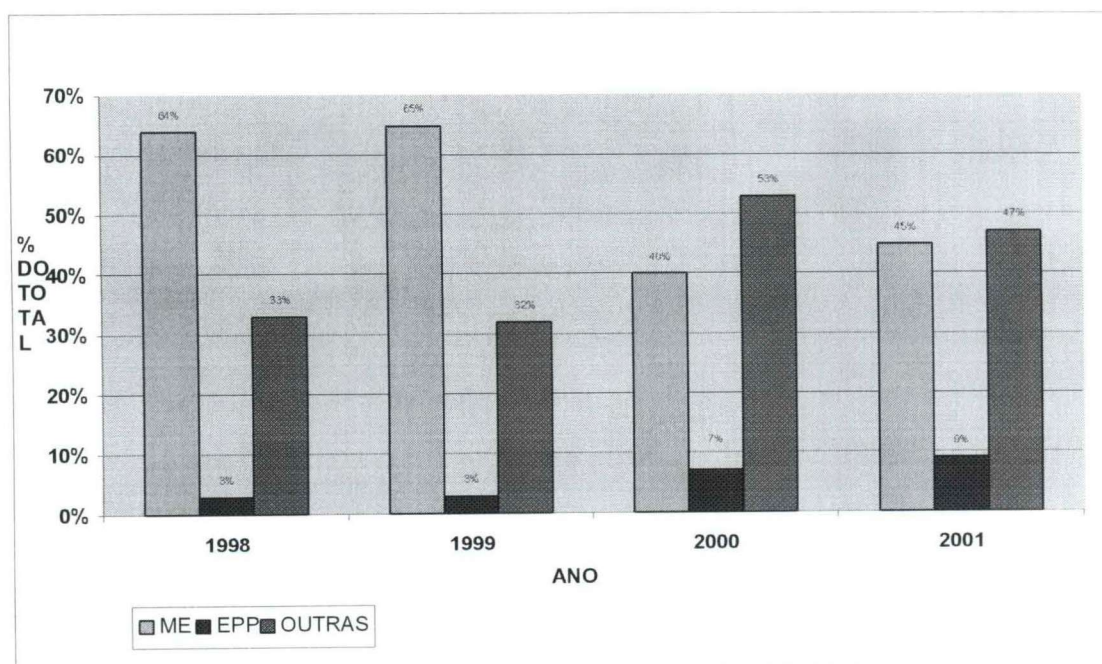
O efeito imediato foi o enquadramento de um número maior de empresas nesta condição que puderam beneficiar-se do tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo,

tributário, previdenciário, trabalhista, crédito e de desenvolvimento empresarial previsto na referida Lei.

As estatísticas quanto ao número de microempresas e empresas de pequeno porte, classificadas como tal pelo critério de faturamento anual, são precárias no Brasil, mas as expectativas do próprio Governo antes da edição da nova Lei estimavam um acréscimo de 30%.

No Estado de Santa Catarina o cadastro da Secretaria de Estado da Fazenda apresenta dados das empresas enquadradas neste segmento, no entanto em função de um trabalho realizado em 2000 para sua depuração/atualização não permite uma análise aprofundada sobre o crescimento do número de ME e EPP³ contribuintes do ICMS em Santa Catarina. No entanto percebe-se no Gráfico1 que sua participação relativa do total de contribuintes é crescente, antes da depuração (1998-1999) e depois da atualização dos seus registros (2000-2001).

GRÁFICO1: Participação Percentual das ME, EPP e outras Emp. Contribuintes do ICMS em Santa Catarina – 1998 a 2001



FONTE: Secretaria de Estado da Fazenda – Gerência de Estatística e Informática

³ ME = Microempresa / EPP = Empresa de Pequeno Porte

Conforme o Gráfico1, a participação relativa das ME e EPP em relação ao número total de empresas cadastradas junto à Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina elevou-se de 67 % em 1998 para 68% em 1999. Após a depuração do cadastro daquela Secretaria esta participação relativa representou 47% em 2000, elevando-se para 54% em 2001.

Somente no ano de 2001 foram acrescentadas no cadastro da Secretaria 10.205 novas empresas classificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte.

Pela promulgação da Lei 9.841 muitas empresas puderam optar pelo regime de tributação denominado SIMPLES uma vez que a referida Lei ampliou os limites estabelecidos na Lei 9.317 datada de 05.12.1996.

Vários de seus artigos confirmam o aspecto desburocratizante do novo estatuto, como a dispensa de apresentação de muitas certidões, a possibilidade de inscrever ou alterar a inscrição da empresa em órgãos federais independentemente de o sócio ter ou não obrigações fiscais em aberto e o encerramento de empresas fora de atividade há cinco anos sem a obrigatoriedade de quitação das dívidas fiscais pendentes.

6.2 NECESSIDADES DE CRÉDITO

A maioria das empresas, que recorrem aos balcões do SEBRAE/SC, busca informações de como obter crédito para financiar suas atividades. Mas será que sua necessidade é mesmo a obtenção de empréstimo bancário?

Foi constatado pela CAIXA, quando apresentadas as linhas de crédito disponíveis por este banco, por ocasião do encerramento de inúmeros treinamentos realizados pelo SEBRAE/PR (estes também são realizados pelo SEBRAE/SC), que muitos empresários descobrem durante o curso que suas necessidades eram outras, tais como: melhor administração dos estoques, adequação de sua política de vendas aos

prazos obtidos com fornecedores, adequação de sua política de compras, melhorias no processo produtivo etc.

Em pesquisa divulgada em 05/04/2002, realizada pelo SEBRAE – Serviços de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e CNI – Confederação Nacional da Indústria, junto a 2.500 empresários nas cinco regiões do país, foi constatada na seguinte situação:

- 57% das pequenas empresas enfrentam dificuldades financeiras;
- 40% capitalizam sua empresa com recursos próprios;
- 20% capitalizam sua empresa através de descontos de cheques pré-datados;
- 64% das empresas nunca tentaram obter empréstimo;
- 23% dos empresários tentaram e conseguiram o empréstimo;
- 13% tentaram, mas não conseguiram obter empréstimo.

Os empresários submetidos a um período maior de ensino escolar têm tido maior êxito na obtenção de empréstimos comparando-se com os de menor escolaridade, numa proporção de 35% para 7%.

Quanto à finalidade dos empréstimos a amostra apresentou os seguintes resultados:

- 48% para capital de giro, destes 36% para pagamento de dívidas
- 14% para ampliação e construção
- 12% para financiamento de equipamentos

Dos empresários que nunca recorreram aos bancos deram como argumentos as seguintes respostas:

- 35% afirmam que não precisam de empréstimo por nunca apresentar crise financeira;
- 35% dispunham de recursos próprios;
- 30% tiveram receio de não poder saldar o empréstimo;
- 12% desistiram de ir aos bancos por causa da burocracia.

Como podemos observar, uma parcela expressiva, dos empresários, só vê necessidade de pedir empréstimo se estiver em dificuldade financeira.

A pesquisa demonstra ainda quais Instituições Financeiras disponibilizam os empréstimos requeridos:

- 19% Banco do Brasil;
- 14% Bradesco;
- 11% Itaú;
- 09% Caixa;
- 09% Unibanco.

Mas há diferenças significativas entre as regiões. Enquanto no sudeste os bancos mais citados foram o Bradesco (23%) e o Unibanco (18%), nas demais regiões o banco mais citado foi o Banco do Brasil, chegando a atingir 37% no Centro-Oeste.

6.3 CRÉDITO

6.3.1 Operações realizadas pela CAIXA em Santa Catarina

O Programa Brasil Empreendedor reforçou o papel da Caixa Econômica Federal em Santa Catarina. Historicamente a CAIXA tem no Estado de Santa Catarina uma das maiores carteiras de empréstimo às micro e pequenas empresas.

Sua capilaridade e portfólio de produtos destinados a esse segmento têm apresentado excelentes resultados, a exemplo da região do meio oeste e oeste catarinense. Esta região representa historicamente o maior volume de aplicações e os menores índices de inadimplência.

O Quadro 1, que segue, demonstra o número de contratos realizados pela Caixa Econômica Federal em Santa Catarina no período em estudo.

QUADRO 1 – Número de Contratados Formalizados, por modalidade, em Santa Catarina – 1998 a 2001

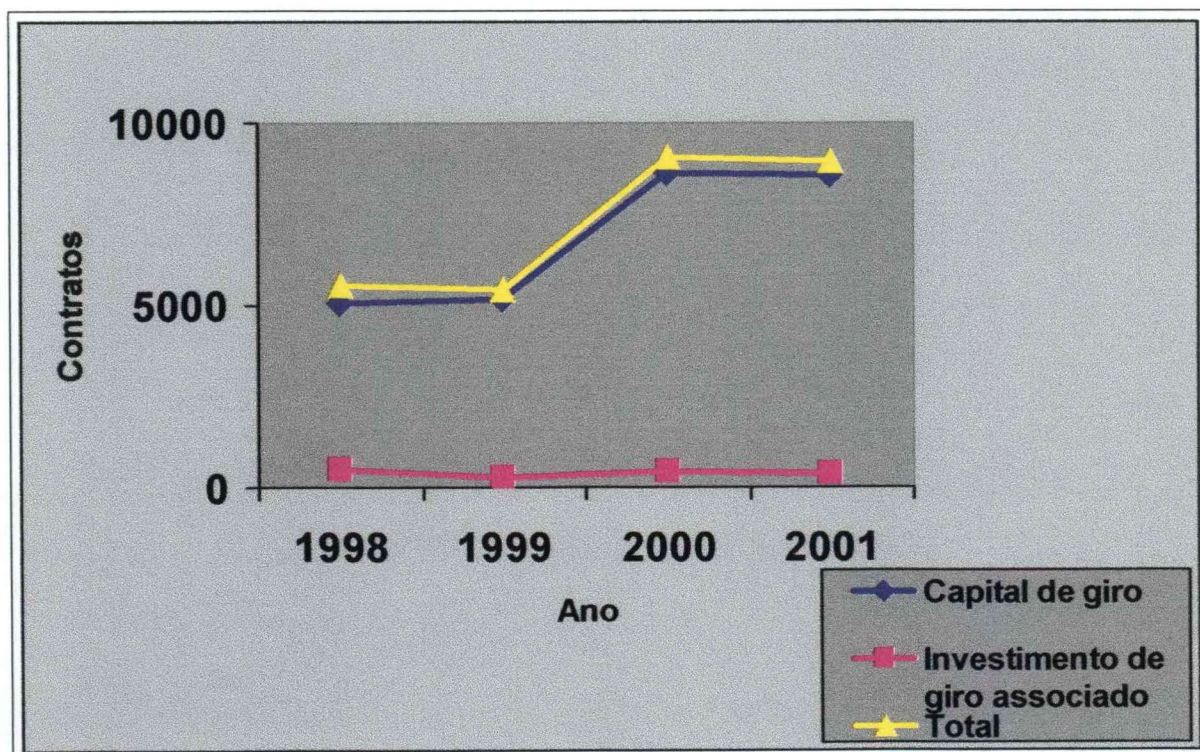
Modalidade de empréstimos	Ano			
	1998	1999	2000	2001
Capital de giro	5.057	5.152	8.635	8.579
Investimento com giro associado	516	289	415	401
Total	5.573	5.441	9.050	8.980

FONTE: Caixa Econômica Federal – SIAPI Sistema de Aplicações

Como podemos observar no ano de 2000, devido à implantação do Programa Brasil Empreendedor, houve uma elevação significativa no número de contratos formalizados pela Caixa Econômica Federal em Santa Catarina em relação a 1999. Essa variação representou um acréscimo de 67,6% no número de empréstimos destinados ao financiamento de capital de giro e 43,6% para a realização de investimentos, este último através do PROGER.

O Gráfico 2 , ilustra a situação.

GRÁFICO 2 – Contratos de crédito parcelado formalizados pela CAIXA no Estado de Santa Catarina – 1998 a 2001



FONTE: Caixa Econômica Federal – SIAPI Sistema de Aplicações

Tal posição representa apenas os contratos concedidos nas operações cadastradas com os códigos 701, 702, 703, 704, 731 e 732, ou seja, operações denominadas CAIXA GIRO e PROGER. Conforme já observamos para o presente estudo, está sendo considerado o total dessas carteiras como sendo aplicadas somente às micro e pequenas empresas. De igual forma não consideramos outras operações contratadas com este segmento a exemplo de limites de cheque especial.

Quanto ao volume de recursos disponibilizados no período podemos verificar uma evolução, conforme demonstra o Quadro 2.

QUADRO 2 – Volume de Recursos Emprestados pela CAIXA em Santa Catarina - 1998 a 2001 - Valores em R\$

Operação (*)	Ano			
	1998	1999	2000	2001
701	145.999,94	251.000,00		
702	56.618.972,40	58.045.384,00	42.147.288,20	29.811.759,65
703	919.060,00	316.850,00		
704		11.969.250,00	41.875.584,52	61.286.291,00
731	10.837.731,87	5.659.188,75	9.284.349,23	11.026.873,19
732	218.208,84			
TOTAL	68.739.973,05	76.241.672,75	93.307.221,95	102.124.923,84

FONTE: Caixa Econômica Federal – SIAPI – Sistemas de Aplicações

(*) Operações: 701, 702, 703 e 704 referem-se a empréstimos destinados a capital de giro; 731 e 732 referem-se a operações destinadas a investimentos de giro associado

Os números demonstram uma evolução de 11% em 1999, 22% em 2000 e 9% em 2001, em relação ao ano imediatamente anterior.

O Quadro 2 também demonstra uma alteração significativa no tipo de operação disponibilizada às micro e pequenas empresas. Até o ano de 1999 o maior volume de aplicações era realizado através da operação 702. Esta operação, até a divulgação do Programa Brasil Empreendedor em outubro de 1999, apresentava taxas de juros

representada pela TR acrescida de 1% ao mês. A partir de então passou a ser realizada com TR + 10% a.a., ou seja, 0,833% ao mês.

Em 1999 foi implantada a operação 704 com taxa de juros de, no mínimo, TR + 2% ao mês. Como podemos observar pelo Quadro acima, enquanto o volume de empréstimos da operação 702 caiu de 1999 a 2001 cerca de 49%, o volume da operação 704 cresceu mais de 412% no período.

O volume de empréstimos destinados à realização de investimentos, representados pelas operações 731 e 732, caiu drasticamente em 1999, e após evoluiu chegando em 2001 aos mesmos níveis de 1998.

O valor médio por contrato formalizado, com destino ao financiamento de capital de giro era de R\$ 11.406,00 em 1998. O referido valor subiu para R\$ 13.700,00 em 1999, retornou para R\$ 9.730,00 em 2000 e elevou-se para R\$ 10.618,00 em 2001.

Já os empréstimos destinados ao financiamento de investimentos têm um valor médio por contrato, superior às operações destinadas ao capital de giro. Em 1998 o valor médio por contrato ficou em R\$ 21.426,00. Em 1999 o valor reduziu para R\$ 19.581,00 elevando-se a partir de 2000 e chegando a R\$ 27.498,00 em 2001.

O Quadro 3 demonstra o número de contratos da carteira posicionados em 31 de dezembro, por modalidade/destino do crédito.

QUADRO 3 – N° de contratos da CAIXA, em carteira, em Santa Catarina, no período de 1998 a 2001.

Modalidade de empréstimo	Ano			
	1998	1999	2000	2001
Capital de giro	5.041	5.153	10.285	13.802
Investimento com giro associado	1.019	959	1.037	929
Total	6.060	6.112	11.322	14.731

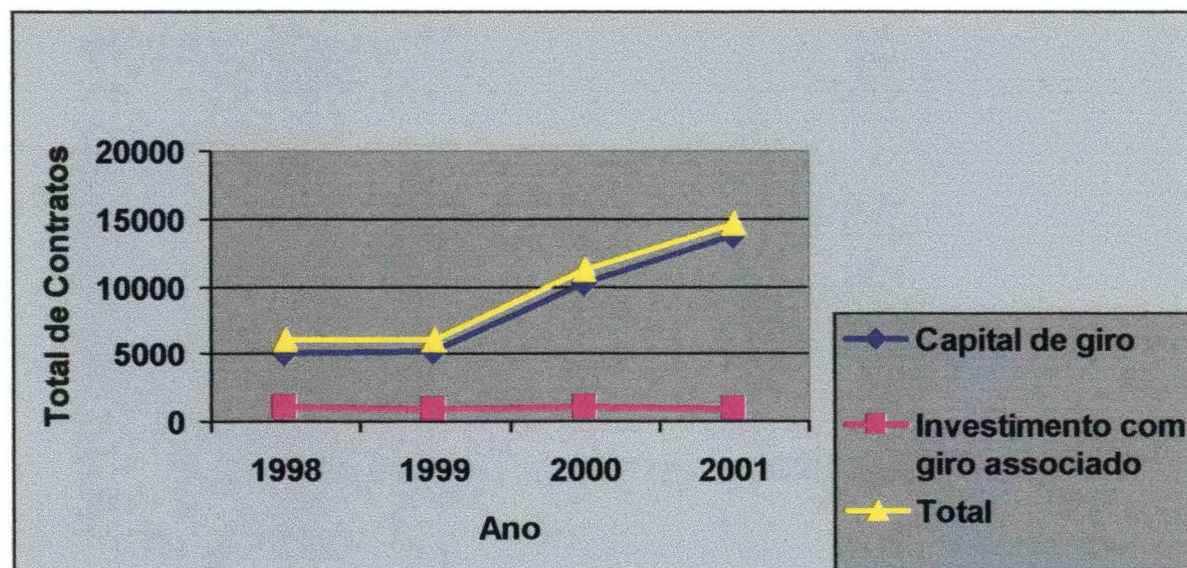
FONTE: Caixa Econômica Federal – SI-API – Sistema de Aplicações

Os dados demonstram uma evolução significativa no total de contratos em carteira nas duas modalidades, principalmente a partir de

2000, como resultado do próprio aumento no número de concessões e também da ampliação dos prazos concedidos nas operações. Até 1999 as operações destinadas ao financiamento de capital de giro eram realizadas com prazo máximo de 18 meses. A partir da implantação do Programa Brasil Empreendedor os prazos foram dilatados, sendo comum a realização de contratos com prazos de 24 meses (máximo) para amortização do empréstimo.

O Gráfico 3, ilustra a evolução das carteiras com base no número de contratos.

GRÁFICO 3 – Contratos da CAIXA, em carteira, em Santa Catarina, no período de 1998 a 2001



FONTE: Caixa Econômica Federal – SIAPÍ – Sistemas de Aplicações

6.3.2 Indicadores de recuperação dos créditos concedidos em Santa Catarina

O Programa Brasil Empreendedor trouxe no seu bojo um diferencial positivo em relação aos programas adotados anteriormente, cujo objetivo maior sempre foi impulsionar o desenvolvimento econômico, através da desburocratização e disponibilização de crédito às Micro e Pequenas Empresas, qualquer que seja a qualificação profissional.

Conforme destacamos no item 6.2, quando tratamos dos objetivos do Programa Brasil Empreendedor, a qualificação profissional, sem sombra de dúvida, impulsionou a profissionalização dos empresários e empreendedores das micro e pequenas empresas, que até então era realizada de forma bastante modesta por alguns órgãos governamentais e entidades organizadas por iniciativa do próprio empresariado nacional.

Em vista da maior facilidade e até de constar como um dos pré-requisitos para a qualificação e/ou capacitação profissional, é importante avaliarmos o reflexo deste item do Programa Brasil Empreendedor sobre o retorno dos créditos concedidos. Considero um ponto importante para avaliação, já que com maior qualificação para gerenciar seu negócio, tendo maior conhecimento para administrar o capital de giro de sua empresa e cientes de suas necessidades e responsabilidades é de se presumir que o comportamento quanto às suas obrigações tenha alterado.

O Quadro 4 demonstra o percentual de contratos pagos com algum atraso no período estudado, sobre o total de contratos em carteira.

QUADRO 4 – Demonstrativo de inadimplência dos contratos recebidos em atraso sobre o total em carteira da CAIXA, em Santa Catarina no período 1998 a 2001.

Modalidade de Empréstimo	Ano			
	1998	1999	2000	2001
Capital de giro	22,02%	24,10%	5,49%	10,37%
Investimento com giro associado	2,94%	35,14%	34,72%	34,55%
% do total de contratos em carteira	18,81%	25,83%	8,17%	11,89%

FONTE: Caixa Econômica Federal – SI-API – Sistema de Aplicações

Os dados acima refletem o comportamento dos empresários que tomaram empréstimos junto à CAIXA no Estado de Santa Catarina, no período de 1998 a 2001.

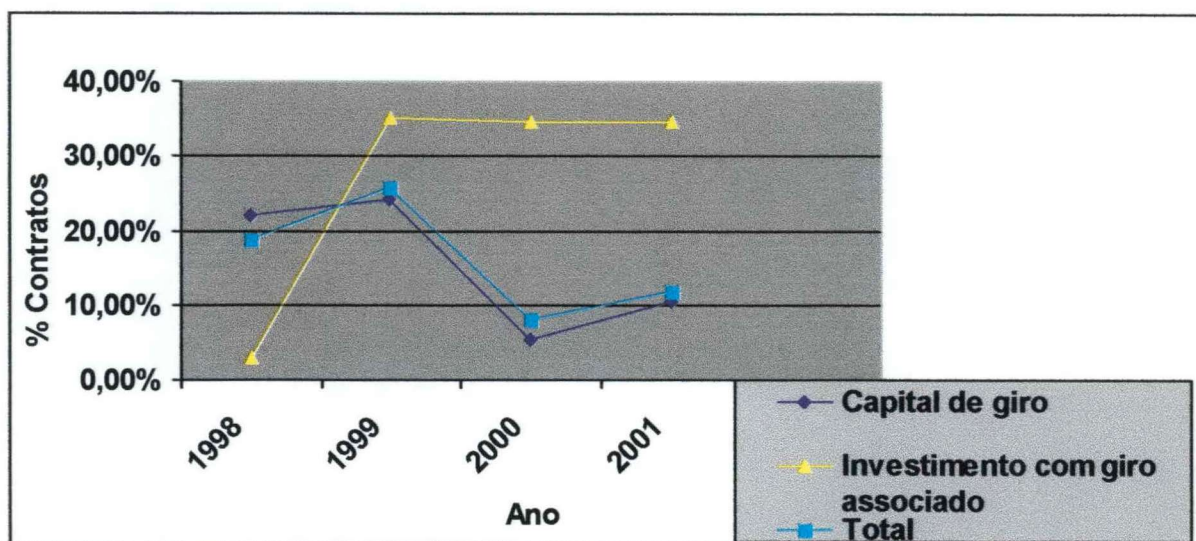
Podemos observar que os atrasos nos contratos formalizados com o objetivo de financiar investimentos e capital de giro associado, através do PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda, elevou-se significativamente a partir de 1999. Essa situação é plenamente justificável se levarmos em conta a mudança da Política Cambial ocorrida no início daquele ano, que resultou na desvalorização da moeda nacional e na elevação das taxas de juros no curto e longo prazo.

As parcelas dos empréstimos realizados nesta modalidade são corrigidas pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescidas de taxa de juros anual que representa o *spread* do Banco concessor. Embora a TJLP represente uma expectativa de variação do custo da moeda em doze meses, sua vigência é trimestral, e sua variação é repassada aos contratos formalizados com o referido indexador. Desta forma naquele ano as prestações dos contratos vigentes foram oneradas em função da elevação da TJLP.

Mas, o indicador de atraso no ano de 2000/2001 permanece elevado para a CAIXA, de 8,17% a 11,89% nesta modalidade de crédito, o que *a priori* sugere não ter havido alteração no comportamento dos empresários tomadores de crédito, em função da capacitação profissional.

Observamos que a partir de 1999 o indicador de inadimplência, com base no número de contratos que tiveram suas parcelas pagas com atraso, manteve-se elevada em torno dos 35%, conforme ilustra o Gráfico 4.

GRÁFICO 4 - Gráfico de inadimplência dos contratos recebidos em atraso sobre total em carteira da CAIXA, em Santa Catarina no período de 1998 a 2001.



FONTE: Caixa Econômica Federal – SI-API – Sistemas de Aplicações

Quanto aos empréstimos destinados ao financiamento de capital de giro das micro e pequenas empresas, em Santa Catarina, podemos verificar uma sensível elevação no ano de 1999, queda acentuada em 2000 e nova elevação em 2001.

No ano de 2000, onde o indicador apresenta a maior variação, caindo de 24,10% para 5,49%, foi o período em que houve o maior acréscimo no número de concessões. O número de contratos em carteira subiu de 5.152 em 1999 para 8.635 em 2000. É de se supor que a maioria dos contratos, cujas parcelas foram pagas com algum atraso, foi concedida antes do ano 2000 e, portanto com a elevação do número de contratos em carteira sua representatividade ficou reduzida.

Mas há outro fator importante para entendermos os resultados do período, já que a carteira continua crescendo em 2001 e o indicador de

inadimplência calculado não decresce. No final do exercício de 1999, mais precisamente no dia 09 de novembro daquele ano, a CAIXA implantou o modelo de avaliação de risco de crédito para as micro e pequenas empresas através do SIRIC – Sistema de Mensuração de Risco de Crédito. O modelo avalia as empresas através da ponderação de dados quantitativos e qualitativos gerando um relatório de avaliação que mensura o risco do tomador e da operação a ser concedida.

No primeiro ano de implantação da nova ferramenta, as Agências da Caixa Econômica Federal tiveram bastante dificuldade em sua utilização. Esse fato, aliado aos critérios mínimos de aprovação do cliente, estabelecidos com a implantação da ferramenta, colaborou para a redução da inadimplência. No ano de 2001 há nova elevação no indicador, chegando ao patamar de 10,37%. Neste período já um conhecimento elevado do uso da ferramenta SIRIC para avaliação de risco dos empréstimos, sobretudo em razão dos diversos eventos realizados para treinamento dos empregados de todas as Agências do Estado de Santa Catarina. A ferramenta que depende, em grande parte de dados que são coletados e digitados pelas próprias Agências, não é imune a distorções. Podemos denominar a fase verificada em 2001 como o reflexo da curva de aprendizado no uso da ferramenta.

Outro fator importante é que, o prazo médio para amortização dos empréstimos elevou-se, fazendo com que o risco de possíveis atrasos aumentasse.

7 APOIO TÉCNICO

7.1 CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A capacitação dentro do Programa Brasil Empreendedor consiste na qualificação do empreendedor, antecedendo a obtenção do crédito, tanto do ponto de vista técnico como de gestão. Como produto desse processo de capacitação, é elaborado, em conjunto com o empreendedor, um Plano de Negócios, que se constituirá na própria proposta de crédito a ser submetida aos bancos participantes do Programa.

Este é um dos pontos fundamentais do Programa, principalmente no que tange a gestão do negócio, uma vez que é comum encontrar micro e pequenas empresas cujo proprietário/empreendedor é e continuará sendo um ótimo profissional tecnicamente falando, no entanto está despreparado para dirigir seu negócio. Não é raro encontrarmos um ótimo mecânico, que por seu reconhecido trabalho técnico, tenha decidido iniciar seu próprio negócio. Entretanto quando precisa organizar sua empresa, lidar com contas, números, marketing, relações trabalhistas, arrecadação de tributos, compras, etc, não tem a mínima condição de manter sua empresa no mercado. Possivelmente continuará sendo um ótimo mecânico, mas não possui capacitação adequada para gerenciar sua empresa.

Conforme dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior dentro do Programa Brasil Empreendedor no período de outubro/99 a setembro de 2000 foram capacitados 2.854.592 empreendedores/empresários. Na Segunda fase do Programa que engloba o período de outubro de 2000 a setembro de 2001, esse número baixou para 2.232.325, ou seja, uma queda de 21,8%. Os dados referem-se a todos os treinamentos realizados para capacitação de empresários das micro e pequenas empresas, e pessoas físicas da economia informal de todo o território Nacional. Para sua implementação, foram utilizados recursos do FAT – Fundo de

Amparo ao Trabalhador, e em Santa Catarina essa ficou a cargo da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família e do SEBRAE/SC. Importante salientar que, segundo os números apresentados pelo citado ministério, todas as metas estabelecidas para treinamento e capacitação foram alcançadas em ambas as etapas, inclusive no Estado Santa Catarina.

Já a assessoria técnica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior objetiva possibilitar aos empreendedores o aprofundamento das questões relativas à Gestão, Produção e Mercado, visando o sucesso de seus negócios. Através dessa assessoria são realizadas consultorias, de forma individualizada ou coletiva, para o acompanhamento dos resultados, em comparação com o que foi projetado pelo Plano de Negócios. Essa ação consiste em medidas preventivas de caráter orientador, que objetivam não apenas corrigir eventuais distorções, como também verificar as possibilidades de alavancagem do empreendimento.

As micro e pequenas empresas são geridas de forma precária sendo esta uma das razões pela qual esse tipo de empreendimento tem um alto índice de mortalidade nos primeiros anos de sua existência.

A assistência técnica da forma como foi planejado, dentro do Programa Brasil Empreendedor, visa, sobretudo, acompanhar o empresário após a obtenção do crédito auxiliando-o na correta aplicação dos recursos.

Tanto a capacitação como o acompanhamento do empresário que obteve o crédito, trabalha com a mudança de cultura na administração de pequenos negócios. É um processo lento de aprendizado que não pode nem deve ser interrompido, pela importância que esse segmento tem dentro da economia nacional.

Importante salientar que as assistências técnicas são realizadas somente para os empresários que obtém crédito, por esta razão, o número de assistências é inferior ao número de capacitados no período.

QUADRO 5 – Capacitação dos Empreendedores e Assistência Técnica realizadas pelo SEBRAE no Brasil – OUT/2000 a SET/2001

UF	Nº de Empreendedores Capacitados pelo SEBRAE	Assistência Técnica realizadas pelo SEBRAE
	Quantidade	Quantidade
SP	330.216	126
MG	256.336	24.105
RS	166.809	102
BA	158.431	112.549
PR	150.788	14
CE	149.342	126.406
PE	140.687	94.796
RJ	131.475	3
SC	113.695	-
GO	74.424	181
RN	68.969	49.123
PB	61.683	58.768
MA	58.706	68.881
PI	51.432	51.887
AL	50.103	50.878
SE	46.201	52.038
PA	37.427	43
MT	37.307	22
AM	32.004	-
MS	31.478	162
ES	28.530	12.561
DF	17.690	-
RO	13.279	27
TO	12.391	131
AC	5.193	-
AP	3.929	-
RR	3.801	-
TOTAL	2.232.326	702.803

FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC – CA TOTII 1.xls

Os dados do Quadro 5 demonstram que em alguns Estados capacitação a assistência técnica efetivamente ocorreu naquele

período. Em outros Estados não houve sequer uma única visita no período. Dentre estes Estados está Santa Catarina, que apesar de cumprir as metas de capacitação e ser um dos grandes aplicadores de recursos no segmento não realizou nenhum acompanhamento dos créditos concedidos.

O Quadro 5 apresenta o número de Empreendedores capacitados e assistências técnicas realizadas no período de OUT/2000 a SET/2001.

Segundo pesquisa sobre mortalidade de empresas e seus fatores condicionantes realizada pelo SEBRAE/SC na região de Florianópolis/SC, no período de 1995 a 1997:

“Apesar de terem procurado pouco por auxílio/assessoramento, as empresas gostariam de encontrá-lo em algum lugar. Mais de 75% das empresas gostariam de terem obtido alguma colaboração neste sentido, principalmente no que se refere a linhas de financiamento e empréstimos mais facilitados do que as linhas normais, com juros mais baixos, carências melhores e menor burocracia. Um assessoramento em nível de consultoria, cursos e palestras nas áreas de Marketing e Recursos Humanos também recebeu grande atenção dos empresários principalmente daqueles que continuam em atividade” (<<http://www.sebrae.org.br>., em 05/04/2002).

7.2 MORTALIDADE DAS EMPRESAS

Em vários momentos deste estudo foram apresentados aspectos importantes que dão indícios das principais causas da elevada mortalidade das empresas.

Conforme estudo do SEBRAE/SC já citado no item anterior, a mortalidade das microempresas e empresas de pequeno porte é superior a mortalidade das empresas de maior porte. Dentre as possíveis razões que podem explicar este fato um dos mais significativos é o reflexo imediato de qualquer oscilação no mercado

neste segmento. Quando há uma recessão econômica é neste segmento que se inicia o processo de encerramento das atividades.

De acordo com o Anexo 2, o porte das empresas é um elemento importante na distinção entre empresas de sucesso e empreendimentos extintos.

Grande parte dos pequenos negócios inicia a partir do vislumbre por parte dos empreendedores de uma grande oportunidade.

Segundo estudo realizado pelo SEBRAE/SC:

“O fato de alguém montar uma empresa em virtude de estar descontente no seu emprego atual, é um forte indicativo de chances de sucesso. Há uma grande predominância desses casos nas empresas que conseguiram sobreviver aos primeiros anos de atividade. Essa constatação pode estar mostrando uma característica pessoal ao empreendedor de sucesso relacionada ao gosto por novos desafios e a sua autoconfiança” (<<http://www.sebrae.org.br>>, em 05/04/2002).

Conforme constatado pelo estudo do SEBRAE, o conhecimento do mercado, a persistência, a criatividade, a experiência, o planejamento e a disponibilidade de recursos próprios são fundamentais para o sucesso de qualquer empreendimento.

Neste segmento grande parte dos empreendedores age por impulso sem o mínimo de planejamento. Esta afirmação é comprovada no Anexo 3, onde verificamos como principal motivo para a abertura ou entrada no negócio, tanto empresários de firmas de sucesso como entrevistados de empresas extintas, uma oportunidade de negócio. É comum abrir uma quitanda em um determinado ponto comercial levando-se em conta apenas que nas proximidades não existe nenhum empreendimento deste tipo. Não são levados em consideração vários outros aspectos do mercado, além da localização, bem como não há planejamento mínimo quanto à projeção de receitas e custos/despesas para verificar a viabilidade do negócio.

A falta de capital de giro, citada nas pesquisas realizadas junto aos empresários deste segmento, como razão principal de suas dificuldades, normalmente é associada à falta de crédito. Dificilmente é associada à sua má administração. Empresários despreparados não percebem que a administração do capital de giro não se limita à administração de recursos financeiros, mas sim e principalmente pela adequada administração de suas atividades operacionais. A política de compras, política de preços e vendas, critérios para concessão e recuperação de créditos concedidos aos clientes, administração do estoque, racionalização do processo produtivo evitando desperdícios, imobilização de recursos, dentre outros aspectos, influenciam diretamente no capital de giro da empresa.

No Anexo 4, verificamos as principais dificuldades encontradas pelos empresários na condução das atividades em suas respectivas empresas. Podemos constatar facilmente que, tanto entre as empresas extintas quanto nas em atividade, a falta de capital aparece como o grande vírus que ameaça a sua continuidade, na opinião de empreendedores nos onze Estados pesquisados. Já a falta de conhecimento, verdadeiro vilão do bom andamento de qualquer negócio, passa longe de ser o problema mais citado pelos empresários que tiveram encerradas suas atividades e, nem aparece nas respostas daqueles que ainda estão vivos no mercado.

Segundo o estudo elaborado pelo SEBRAE/SC, apenas 35% das empresas fechadas na região de Florianópolis, no período de 1995 a 1997, solicitam baixa do registro junto à Junta Comercial do Estado, e: “As chances máximas de sobrevivência de um negócio em Florianópolis que chega a funcionar após a abertura nos órgãos oficiais de registro, são de 57% após um ano de atividade, de 45% após 2 anos e em torno de 37% após 3 anos” (<<http://www.sebrae.org.br>>, em 05/04/2002).

7.3 COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA

De acordo com os quadros apresentados no Anexo 5, verificamos o estudo elaborado pelo SINE/SC – Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho, no período de janeiro/1998 a novembro/2001. Neste, constatamos um aumento do saldo do emprego formal no Estado de Santa Catarina, de – 19.827 postos de trabalho (1998) para 61.287 (2001).

Ainda neste estudo, verificamos que percentualmente, entre 1998 a 2000 ocorreu um salto considerável no nível de emprego, não só no Estado de Santa Catarina, mas também na Região Sul e no Brasil.

8 CONCLUSÃO

No Brasil após o Plano Real, o difícil quadro econômico e financeiro vigente trouxe sérios entraves à sobrevivência das micro e pequenas empresas.

O cenário de recursos escassos, desejados por empresas de todos os portes, dificultava a vida das empresas menores em relação à obtenção de financiamento, tanto por suas deficiências gerenciais internas, quanto pela sua pouca capacidade em oferecer garantias efetivas aos credores.

No sentido de diminuir o índice de mortalidade das micro e pequenas empresas, o Governo Federal instituiu o Programa Brasil Empreendedor em 05 de Outubro de 1999, através do qual propôs vários incentivos ao desenvolvimento destas empresas no país.

O simples fato da elevação dos limites de valores da receita bruta para enquadramento na legislação, ampliou significativamente o número de empresas beneficiadas através da Lei 9.841/99.

A capacitação do empreendedor aparece como um dos pontos fundamentais do Programa. Conforme dados do SEBRAE/SC, foram capacitados de outubro de 2000 a setembro de 2001 113.695 empresários.

Com os dados apresentados no anexo 2, verificamos que através do aumento do crédito houve um prolongamento na vida das micro e pequenas empresas. Podemos também observar uma elevação positiva na variação do emprego formal (anexo 5), constatando os benefícios reais oferecidos às micro e pequenas empresas pelo Programa Brasil Empreendedor.

Como fator principal para o recorrente endividamento dos micro e pequenos empresários, podemos considerar a lenta mudança no perfil cultural da administração de pequenos negócios no Brasil. O vagaroso processo de aprendizado não permite uma rápida diminuição no índice de mortalidade das micro e pequenas empresas.

O acompanhamento pós-crédito, ou seja, a assistência técnica instituída pelo Programa Brasil Empreendedor, no período 1999 a 2001 não ocorreu no Estado de Santa Catarina, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC.

Além da questão cultural, que é fator decisivo para a correta administração de uma empresa, devemos considerar também, a situação de crise econômica como agente exterminador dos pequenos negócios. Em momentos de recessão, o segmento das micro e pequenas empresas é o primeiro a sentir seus efeitos, seja por falta de capital próprio ou experiência em planejamento de longo prazo.

Entretanto, pela importância do segmento no conjunto da economia, ações inseridas no Programa Brasil Empreendedor, a exemplo da capacitação e assistência técnica, podem ser adotadas como parte de um processo visando o fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas no país.

BIBLIOGRAFIA

ALDRIGHI, D.M. **Financiamento e Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BANCO DO BRASIL. Através de consultas no endereço <<http://www.bancodobrasil.com.br>>. Acesso em: 20 jul. 2003.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Através de consultas no endereço <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2003.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Através de consultas ao SIAPI – Sistema de Aplicações da Rede CAIXA.

CNI – Confederação Nacional da Indústria. Através de consultas no endereço <<http://www.cni.org.br>>. Acesso em: 26 jun. 2003.

FIESC – Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina. Através de consultas no endereço <<http://www.fiescnet.com.br>>. Acesso em: 19 jul. 2003.

FREY, L. **Desenvolvimento Econômico e Estrutura do Mercado Financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1985.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Através de consultas no endereço <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 25 maio. 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Através de consultas no endereço <<http://www.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 24 jun. 2003.

RAMOS, A. **Programas Federais de Apoio aos Pequenos Investidores: Justificativa, Característica e Balanço Preliminar**. Texto para discussão – IPEA. Brasília, n. 546, 1998.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas. Através de consultas no endereço <<http://www.sebrae.com.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA. Através de consultas no endereço <<http://www.sef.sc.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2003.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA DE SANTA CATARINA. Através de consultas no endereço <<http://www.sdsf.sc.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2003.

SINE/SC – Sistema Nacional de Emprego de Santa Catarina. Através de consultas no endereço <<http://www.sine.sc.gov.br>>. 11 set. 2003.

ANEXOS.

ANEXO 1 - PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	34
ANEXO 2 - PESQUISA SOBRE O PORTE DAS EMPRESAS.....	36
ANEXO 3 - PESQUISA: "MOTIVO PELO QUAL RESOLVEU ABRIR OU ENTRAR PARA A EMPRESA".....	37
ANEXO 4 - PESQUISA: "QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA CONDUÇÃO DAS ATIVIDADES DE SUA EMPRESA ?".....	38
ANEXO 5 - PESQUISA: "COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL".....	39

ANEXO 1

**PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA ECONOMIA DO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS POR PORTE E SETOR

Setor de Atividades	Composição %	Porte Empresarial							
		MPE(1)		MDE(2)		GE(3)		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria	19,3	38.816	98,6	480	1,2	87	0,2	39.383	100
Comércio	43,0	87.641	99,7	190	0,2	90	0,1	87.921	100
Serviço	37,7	76.130	98,8	453	0,6	464	0,6	77.047	100
Total	100	202.587	99,1	1.123	0,6	641	0,3	204.351	100

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO, SEGUNDO O PORTE DA EMPRESA POR SETOR

Setor de Atividades	Composição %	Porte Empresarial							
		MPE(1)		MDE(2)		GE(3)		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Indústria	37,6	242.407	56,8	94.401	22,1	89.885	21,1	426.693	100
Comércio	22,3	225.824	89,1	27.729	10,9	-	00,0	253.553	100
Serviço	40,1	213.633	46,9	39.869	8,7	202.081	44,4	455.583	100
Total	100	681.864	60,0	161.999	14,3	291.966	25,7	1.135.829	100

**DISTRIBUIÇÃO DE SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES,
SEGUNDO O PORTE DA EMPRESA POR SETOR**

Setor de Atividades	Composição %	Porte Empresarial							
		MPE(1)		MDE(2)		GE(3)		Total	
		R\$ 1.000	%	R\$ 1.000	%	R\$ 1.000	%	R\$ 1.000	%
Indústria	38,4	922.307	36,8	766.788	30,5	819.253	32,7	2.508.348	100
Comércio	11,2	557.158	76,0	81.437	11,1	94.483	12,9	733.078	100
Serviço	50,4	895.191	64,7	268.285	8,1	2.133.134	27,2	3.296.610	100
Total	100	2.374.656	36,3	1.116.510	17,1	3.046.870	46,6	6.538.036	100

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS POR FAIXA DE PESSOAL OCUPADO

Pessoal Ocupado	Composição %	Setor de Atividade							
		Indústria		Comércio		Serviços		Total	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De 0 a 4 pessoas	22,1	45.576	18,4	116.775	47,1	85.700	34,5	248.051	100
De 5 a 9 pessoas	11,5	35.997	27,9	47.315	36,6	45.813	35,5	129.125	100
De 10 a 29 pessoas	15,5	69.151	39,7	48.040	27,6	57.045	32,7	174.236	100
De 30 a 49 pessoas	6,2	35.387	51,0	13.694	19,8	20.272	29,2	69.353	100
De 50 a 99 pessoas	8,2	47.602	51,4	12.886	13,9	32.076	34,7	92.564	100
100 a 499 pessoas	16,3	94.401	51,6	14.863	8,3	73.657	40,3	182.921	100
Mais de 499 pessoas	20,2	89.885	39,8	-	0,0	136.217	60,2	226.102	100
Total	100	417.999	37,2	253.573	22,6	450.780	40,2	1.122.352	100

Fonte: SEBRAE/SC, elaborado com dados do IBGE (Estatísticas do Cadastro Central de Empresas – 1998).

MPE(1) - Micro e Pequenas Empresas: na indústria até 99 empregados e no comércio/serviço até 49 empregados.

MDE(2) – Média Empresa: na indústria de 100 a 499 e no comércio/serviço de 50 a 99 empregados.

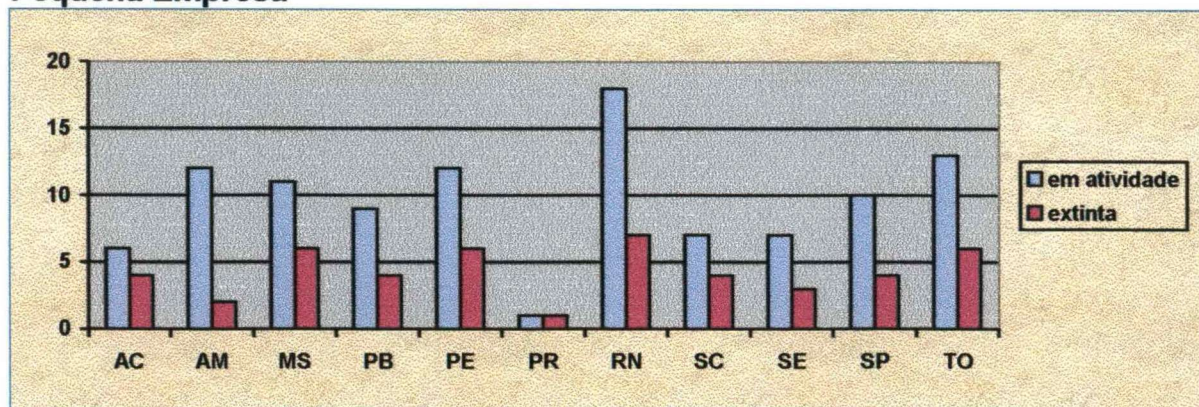
GE(3) – Grande Empresa: na indústria acima de 499 empregados e no comércio/serviço mais de 99 empregados.

ANEXO 2

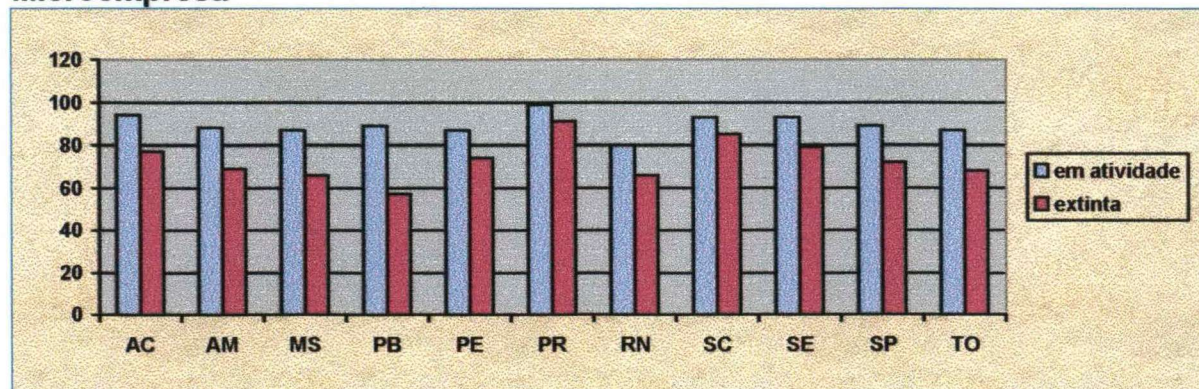
Valores em (%)

		Porte das Empresas																					
		AC		AM		MS		PB		PE		PR		RN		SC		SE		SP		TO	
RESPOSTA		ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN
	Microempresa		94	77	88	69	87	66	89	57	87	74	99	91	80	66	93	85	93	79	89	72	87
Pequena empresa		6	4	12	2	11	6	9	4	12	6	1	1	18	7	7	4	7	3	10	4	13	6
Média empresa		0	17	0	26	2	27	1	35	1	19	0	8	1	24	0	11	0	17	1	21	0	22
Grande empresa		0	2	0	3	0	1	1	4	0	1	0	0	1	3	0	0	0	1	0	3	0	4
Total		100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Pequena Empresa



Microempresa



Fonte: Pesquisa "Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas, Outubro, 1999, Brasília: Ed. Sebrae, 1999. p. 7. (Incluindo dados de 2000 e 2001).

ANEXO 3

Valores em (%)

Por que resolveu abrir(entrar) (n)esta empresa ? (*)

RESPOSTA	AC		AM		MS		PB		PE		PR		RN		SC		SE		SP		TO	
	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN	ATIVA	EXTIN
inha tempo disponível	29	42	22	43	9	21	37	47	8	12	7	8	35	49	22	23	22	32	18	18	20	8
inha capital disponível	21	29	26	26	15	19	14	25	27	19	21	13	13	31	20	15	14	30	13	21	22	6
inha experiência anterior	33	27	31	18	31	24	55	51	40	32	36	24	40	27	35	25	21	14	47	36	35	18
estava insatisfeito no seu emprego	17	20	6	4	11	3	17	9	31	29	1	3	17	13	23	9	7	2	15	10	4	2
foi demitido e recebeu FGTS / indenização	4	8	14	8	3	5	8	8	6	1	0	0	4	8	6	5	2	1	9	11	2	0
estava desempregado	18	18	13	14	12	12	14	22	6	1	1	6	18	17	14	12	16	12	18	19	5	2
identificou uma oportunidade de negócio	64	55	70	69	54	52	55	62	69	78	61	63	57	69	64	45	72	72	61	70	84	86
aproveitou incentivos governamentais	2	1	3	2	1	2	1	1	1	1	1	6	3	1	1	1	1	2	1	2	2	1
aproveitou algum programa de demissão voluntária	2	2	1	1	1	2	2	0	0	0	0	0	4	3	0	1	3	1	4	3	1	1
outra razão	17	18	5	9	11	17	8	7	10	11	1	8	14	8	12	23	0	0	17	18	1	8

(*) A questão admitia até três opções

Fonte: Pesquisa "Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas", Outubro, 1999, Brasília: Ed. Sebrae, 1999.p.12.

ANEXO 4

EMPRESAS EM ATIVIDADE

Quais as principais dificuldades encontradas na condução das atividades da sua empresa ?

RESPOSTA	AC		AM		MS		PB		PE		PR		RN		SC		SE		SP		TO	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
falta de MDO qualificada	14	9	11	7	6	4	-	-	-	-	-	-	-	-	21	12	9	5	16	5	32	18
crise econômica	6	4	36	22	7	4	8	6	9	15	29	14	26	12	6	3	24	14	36	11	5	3
auxílio do governo	9	6	3	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
falta de capital	43	29	43	25	41	24	69	56	18	31	63	31	80	37	48	27	67	38	74	22	52	30
concorrência	10	7	13	8	22	13	10	8	-	-	8	4	27	13	17	9	13	7	50	15	5	3
impostos / tributos elevados	20	13	24	15	34	20	21	17	4	7	18	9	38	18	13	7	43	25	68	21	26	15
inadimplência	28	19	-	-	9	5	2	2	3	5	23	11	14	7	9	5	-	-	27	8	24	14
falta de clientes	7	5	11	7	16	9	6	5	3	5	48	24	13	6	3	2	14	8	33	10	23	13
burocracia	-	-	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	6	-	-	-	-	-	-
poucas vendas	-	-	7	4	10	6	-	-	1	2	-	-	-	-	8	4	-	-	-	-	-	-
nenhuma	-	-	-	-	5	3	-	-	9	15	-	-	-	-	14	8	-	-	-	-	-	-
outros	13	9	12	7	20	12	8	6	12	20	15	7	17	8	28	16	5	3	26	8	9	5

EMPRESAS EXTINTAS

Quais as principais dificuldades encontradas na condução das atividades da sua empresa ?

RESPOSTA	AC		AM		MS		PB		PE		PR		RN		SC		SE		SP		TO	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
concorrência	11	8	-	-	4	3	2	3	-	-	13	7	9	9	6	5	6	8	24	12	3	4
falta de conhecimento	5	4	5	6	6	5	7	9	-	-	14	8	-	-	7	6	4	5	-	-	-	-
inadimplência	15	11	3	4	11	9	10	13	2	7	4	2	4	4	6	5	2	3	23	12	2	3
impostos / tributos elevados	9	7	18	23	12	10	8	11	3	10	3	2	8	8	13	10	9	12	27	14	2	3
falta de clientes	9	7	-	-	13	11	7	9	-	-	22	12	15	15	10	8	16	22	26	13	15	22
falta de capital	44	33	29	37	45	37	-	-	11	38	84	45	32	29	33	27	24	32	43	22	45	55
auxílio do governo	4	3	-	-	-	-	3	4	-	-	-	-	-	-	5	4	-	-	9	5	-	-
ponto inadequado	5	4	5	6	-	-	5	7	2	10	-	-	7	7	7	6	-	-	6	3	-	-
burocracia	5	4	-	-	-	-	12	16	-	-	-	-	3	3	7	6	-	-	6	3	-	-
MDO qualificada	4	3	-	-	3	2	2	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3	4	-	-	-	-
crise econômica	-	-	7	9	8	7	3	4	3	10	27	15	14	14	2	2	-	-	18	9	-	-
está dando um tempo para reativar	-	-	-	-	-	-	-	-	4	14	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-	-	-
área de vendas	-	-	-	-	-	-	6	8	-	-	-	-	6	6	7	6	2	3	-	-	-	-
falta de tempo	3	2	-	-	-	-	3	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
outros	19	14	11	14	21	17	7	9	3	10	18	10	6	6	18	15	8	11	22	11	1	1

Fonte: Pesquisa "Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas", Outubro, 1999, Brasília: Ed. Sebrae, 1999.p.19.

ANEXO 5

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR NÍVEL GEOGRÁFICO

Período: janeiro a dezembro de 1998

QUADRO 4

NÍVEL GEOGRÁFICO	TOTAL ADM.	TOTAL DESL.	SALDO	VARIAÇÃO EMPR. %
BRASIL	8.067.387	8.649.154	-581.767	-2,79
REGIÃO SUL	1.499.343	1.583.006	-83.663	-2,22
SANTA CATARINA	327.268	347.095	-19.827	-2,30

Fonte: MTb -Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho -SINE/SC

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR NÍVEL GEOGRÁFICO

Período: janeiro a dezembro de 1999

QUADRO 5

NÍVEL GEOGRÁFICO	TOTAL ADM.	TOTAL DESL.	SALDO	VARIAÇÃO EMPR. %
BRASIL	8.181.425	8.377.426	-196.001	-0,96
REGIÃO SUL	1.584.864	1.588.788	-3.924	-0,10
SANTA CATARINA	378.580	362.891	15.689	1,85

Fonte: MTb -Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

Elaboração: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho -SINE/SC

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR NÍVEL GEOGRÁFICO

Período: janeiro a dezembro de 2000

QUADRO 6

NÍVEL GEOGRÁFICO	TOTAL ADM.	TOTAL DESL.	SALDO	VARIAÇÃO EMPR. %
BRASIL	9.668.132	9.010.536	657.596	3,20
REGIÃO SUL	1.885.609	1.773.895	111.714	2,99
SANTA CATARINA	468.212	438.133	30.079	3,65

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

ELABORAÇÃO: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SC

FLUTUAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR NÍVEL GEOGRÁFICO

Período: janeiro a novembro de 2001

QUADRO 7

NÍVEL GEOGRÁFICO	TOTAL ADM.	TOTAL DESL.	SALDO	VARIAÇÃO EMPR. %
BRASIL	9.757.647	8.912.645	845.002	3,89
REGIÃO SUL	1.948.381	1.749.505	198.876	4,96
SANTA CATARINA	492.265	427.688	64.577	6,84
PARANÁ	692.894	619.882	73.012	5,18
RIO GRANDE DO SUL	763.222	701.935	61.287	3,71

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Lei 4923/65

ELABORAÇÃO: Setor de Informação e Análise do Mercado de Trabalho - SINE/SC